

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO E MONITORAMENTO DE PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Rafael Oliveira Veiga Santos

Universidade Federal de Lavras (UFLA)

rafael.o.veiga@gmail.com

Regilson Maciel Borges

Universidade Federal de Lavras (UFLA)

regilson.borges@ufla.br

André Randazzo Ortega

Universidade Federal de Viçosa (UFV)

andreortega10@gmail.com

INTRODUÇÃO

O planejamento e os Planos Municipais, Estaduais ou Nacionais podem ser importantes aliados das Políticas de Estado na “promoção da melhoria da qualidade de vida”, já que sua duração supera os quatro anos de um mandato eletivo. Esse tipo de planejamento, de acordo com Bordignon (2009, p. 89-90), “é inerente a toda atividade humana, seja individual ou coletiva, e essencial à gestão pública para a promoção da melhoria da qualidade de vida”.

No setor educacional temos a figura dos Planos decenais de educação que, de forma colaborativa, podem incidir sobre o município (Plano Municipal de Educação - PME). Nesse contexto, os PMEs têm ainda importante função de trazer para o município um direcionamento e uma definição no que tange a suas metas e objetivos educacionais. Segundo Bordignon (2009, p. 92), “o PME define a concepção e viabiliza a realização do projeto municipal de educação, superando rotinas, ações segmentadas e improvisações”.

Se o PME estabelece uma concepção de projeto municipal de educação, pode-se questionar, igualmente, qual concepção de sociedade e de povo embasaram sua

elaboração e como se deu o processo de participação social nessa elaboração. Ao discutir sobre os importantes princípios que orientariam a elaboração de um PME, Bordignon (2009, p. 96) discorre também sobre o princípio da construção participativa, que “permite a visão do todo e gera compromisso e responsabilidade com o planejado, não só do Governo, mas, também, da sociedade”.

Aventa-se: esse sentimento de “compromisso e responsabilidade”, principalmente quando emanado da sociedade, não poderia trazer uma sustentação social que garantiria ao documento maiores chances de sua efetivação? Nesse viés, não bastaria que se dissesse que é uma política decenal, mas que a sociedade a entendesse como tal, que enxergasse as reais necessidades ali presentes, por ter participado ativamente de sua elaboração, e que cobrasse sua plena execução, etendendo seus reflexos benéficos.

Nesse sentido, importantes questionamentos surgem, ou seja: como ocorre a participação da sociedade em processos de elaboração e monitoramento de PMEs? De que forma as pesquisas já realizadas, em teses e dissertações, abordaram o tema da participação social em PME? O presente trabalho tem por objetivo abordar resultados parciais de uma revisão bibliográfica acerca deste aspecto.

DESENVOLVIMENTO

Esse trabalho se dedica a analisar teses e dissertações já realizadas sobre a participação da sociedade civil nos processos de elaboração e monitoramento de Planos Municipais de Educação. Sendo o propósito dessa ação a revisão bibliográfica e a compreensão das diversas formas possíveis ou relatadas de participação, no que tange ao processo de elaboração e monitoramento dos Planos Municipais de Educação, de modo a se inteirar do que já foi produzido até o momento e em vistas a dialogar com as produções acadêmicas selecionadas na revisão bibliográfica, buscando relacionar as pesquisas e explorar as temáticas vistas como abertas ou lacunares pelos pesquisadores.

A revisão bibliográfica foi realizada na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, sendo utilizados os seguintes descritores: “Plano Municipal de Educação” - para o campo “título” - e “Participação da sociedade” - para “todos os campos” -, sem restrições ou recortes temporais (tendo em vista o baixo volume de trabalhos encontrados).

A princípio foram encontrados quinze registros relacionados ao cruzamento dos dois descritores acima abordados. Após planilha-los, notou-se que os itens oito e quinze eram os mesmo que os itens sete e quatorze, respectivamente. Sendo os primeiros descartados de pronto, o que nos levaria a treze registros, mas apenas doze trabalhos encontram-se disponibilizados, uma vez que um deles constava registrado na BDTD, mas sem o link para acesso do repositório e do respectivo arquivo.

Após esse momento inicial, passou-se a uma segunda análise de cada um desses doze trabalhos acessáveis, observando inicialmente seus títulos, resumos e sumários. A partir disso, um dos trabalhos foi descartado por não se tratar do Plano Municipal de Educação, o mesmo tinha como objetos o Conselho Municipal de Educação e o Plano de Ações Articuladas - PAR, referentes ao município de Riachuelo-RN (2007-2013). Outro trabalho, por motivos análogos, também foi descartado, por se tratar em maior grau do Plano de Ações Articuladas – PAR e suas implicações no município de Santana/AP. Por fim, outro trabalho foi descartado por ter maior foco nas discussões de gênero, tratados na elaboração do PME do município de Jundiá – SP.

Reduzindo-se assim a amostra para dez (10) itens e nove (09) acessos. Dos quais, analisando-os em uma linha do tempo (vide Gráfico 1), observamos que a produção se concentra nos anos de 2018 em diante, sendo apenas três pesquisas realizadas antes deste período. A partir de 2018 foram identificadas uma em cada ano (até 2022), sendo o ano de 2019 o único com duas produções. Esse crescente interesse sobre a temática pode se dar tanto em decorrência da proximidade da conclusão do PNE atual (2014-2024) quanto a uma percepção dos pesquisadores quanto ao cenário de escassez acadêmica, identificado por Aranda, Rodrigues e Militão (2017, p. 18).

Gráfico 1 – Ano de defesa das teses e/ou dissertações selecionadas na revisão bibliográfica



Fonte: Dados coletados dos estudos encontrados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD. Elaboração dos autores.

Fato peculiar foi observar que, dos nove trabalhos acessíveis na base de dados, apenas um deles se referia a uma tese, sendo as demais dissertações. Observou-se também que, à exceção de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul (com dois trabalhos cada), a produção se mostrou bastante diversificada em termos estaduais, possuindo uma pesquisa em cada um dos seguintes estados: Alagoas, São Paulo, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Do que podemos depreender, contudo, que a região sudeste demonstra maior concentração (com três trabalhos), seguida da região sul, centro-oeste e nordeste (com dois trabalhos cada) e notada uma ausência da região Norte, conforme quadro abaixo.

Quadro 1 – Teses e dissertações por regiões brasileiras

Região	Estado	Instituições de Ensino Superior - IES	Sigla	Número de estudos por IES	Total por região
Sudeste	Minas Gerais	Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	2	3
	São Paulo	Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	1	
Sul	Paraná	Universidade Estadual do Centro-Oeste	UNICENTRO	1	2
	Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	1	

Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	2	2
Nordeste	Alagoas	Universidade Federal de Alagoas	UFAL	1	2
	Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	1	

Fonte: Dados coletados dos estudos encontrados na BDTD. Elaboração dos autores.

Em termos universitários, ainda conforme quadro 1, podemos observar que a Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e a Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD possuem maior concentração de trabalhos do tipo (dois em cada uma). Sendo os cinco restantes distribuídos igualmente entre a Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Interessante observar que esse dado reflete que 100% dos trabalhos levantados foram realizados em IES públicas (seis federais e uma estadual).

CONCLUSÕES

No que diz respeito ao conteúdo, foi possível elencar três eixos temáticos para organização das discussões, facilitando a análise que será realizada nos estágios seguintes dessa pesquisa. De modo que, depois de concluída a revisão, podera-se observar as discussões abordadas em torno: da participação social na etapa da elaboração dos PMEs; da participação social durante a implementação e monitoramento dos PMEs; e da atuação dos fóruns municipais de educação e outras comissões como controle social.

REFERÊNCIAS

ARANDA, Maria Alice de Miranda; RODRIGUES, Evely Solaine de Souza; MILITÃO, Sílvio Cesar Nunes. Monitoramento e Avaliação dos Planos Decenais de Educação: a produção do conhecimento no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e69767, p.1-21, 2020.

BORDIGNON, Genuino. **Gestão da educação no município**: sistema, conselho e plano. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Por um novo plano nacional de educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 790-811, set./dez., 2011.